MEIO AMBIENTE
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos / SEMAR

Piauí
GOVERNO DO ESTADO

RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Nº PI-RLO.06375-2/2026

PROCESSO: **RLO.05760-3/2026**
VALIDADE: **26/05/2031**

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí , no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual Nº 4.854, de 10 de julho de 1996, e de acordo com os procedimentos de Licenciamento Ambiental estabelecidos pela Lei Federal N° 6.938, de 31 de Agosto de 1981, e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Nº 99.274, de 06 de junho de 1990 , resolve expedir a(o) presente LICENÇA AMBIENTAL, nos termos, características e condições seguintes.

EMPREENDEDOR

NOME

CONSTRUTORA MAURIVAN

CPF/CNPJ

17.236.968/0001-14

EMPREENDIMENTO

NOME

EXTRAÇÃO DE AREIA - RIACHO PEDRA BRANCA

IMÓVEL

Zona do Imóvel:	Número do Imóvel:	Matrícula do Imóvel:
Zona Rural	IR.000289-5	1800

ATIVIDADES

ATIV.1866

AREIA, SEIXO E CASCALHO PARA UTILIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL (B4-002)

Características:

Produção Bruta: 30000,0 m³/ano

Município:

Dom Inocêncio (PI)

Coordenadas Geográficas:

09°04'29.00"S / 41°47'03.00"O

Localização:

Dom Inocêncio-PI
Localidade: BARRA BONITO, DATA CAGADOS

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 27/05/2026 às 10:59
[XqoWzMgRwwkZyTwZ71R7iwiSZebAfqjHQnFAV89n1eMcxITfjqpf8bj7mGYWCOkW]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 27/05/2026 às 11:48
[pNAoA90oxx3CFq8nySMHFoOo5Uv15KxFUJLXQ2USFFxkDF4qdKl60KLY2gFB1WSg]

Emitido eletronicamente em 27/05/2026 11:49 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.29049-9/2026.0EE1.4584.288C]

MEMORIAL DESCRITIVO

(-41.784166666666664, -9.074722222222222)



Esta LICENÇA AMBIENTAL é válida até **26/05/2031** desde que observadas as Condições Gerais e Condições Específicas descritas neste documento.

CONDIÇÕES GERAIS

i. Esta Renovação de Licença de Operação – RLO, deverá ser publicada em jornal de circulação local, primeiro caderno e no Diário Oficial do Estado conforme Lei n° 6.938/81, Art.10, § 1° e Resolução CONAMA 06/86, devendo as cópias dessas publicações ser apresentadas a esta Secretaria, no prazo

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 27/05/2026 às 10:59
[XqoWzMgRwwkZyTwZ71R7iwiSZebAfqjHQnFAV89n1eMcxITfjqpf8bj7mGYWCOkW]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 27/05/2026 às 11:48
[pNAoA90oxx3CFq8nySMHFoOo5Uv15KxFUJLXQ2USFFxkDF4qdKl60KLY2gFB1WSg]

Emitido eletronicamente em 27/05/2026 11:49 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.29049-9/2026.0EE1.4584.288C]

máximo de 30 (trinta) dias.

ii. Quando no empreendimento houver áreas de reserva legal, estas deverão ser concentradas e, sempre que possível, contíguas às áreas de reserva legal dos empreendimentos vizinhos, existentes ou programados (aplicação do Art. 2º, do Decreto Estadual nº 11.126/2003), assim como às áreas de preservação permanente (Lei Federal nº 471/65), quando houver (aplicação do Art. 3º, do citado Decreto).

iii. Em qualquer fase do empreendimento, se houver a descoberta fortuita de qualquer elemento de interesse arqueológico ou pré-histórico, o empreendedor ficará obrigado a comunicar o fato imediatamente à SEMAR e ao IPHAN.

iv. A renovação desta Licença deverá ser requerida 120(cento e vinte) dias da data de expiração de sua validade (Res. CONAMA Nº. 237/97,Art.18,§4°).

v. Qualquer alteração nas especificações do projeto deverá ser precedida de anuência da SEMAR.

vi. Apresentar relatório ambiental da atividade/empreendimento contendo as medidas de preservação adotadas devidamente assinado pelo responsável técnico.

vii. O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais. (Parágrafo Único, Art. 11, Resolução CONAMA 237/97)

viii. Para empreendimentos agropecuários, os usuários de agrotóxicos, seus componentes e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante, podendo a devolução ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente. (§ 2º, Art. 1º da Lei 9.974, de 06 de junho 2000)

ix. Atender a todas as recomendações sugeridas no estudo e adotar ainda todas as precauções necessárias a fim de que se evitem danos ao meio ambiente, bem como a efetiva implantação dos planos e programas de controle ambiental citados.

x. No ato do requerimento de nova renovação desta Licença, o empreendedor deverá apresentar cópia da publicação do Edital de Concessão da Licença da presente Licença.

xi. Conforme inciso II, Art. 66 do Decreto Federal Nº 6514, de 22 de Julho de 2008, o não atendimento às condicionantes estabelecidas em Licença Ambiental ensejará na aplicação nas sanções previstas no referido Decreto.

xii. Atender a todas as recomendações sugeridas no estudo e adotar ainda todas as precauções necessárias a fim de que se evitem danos ao meio ambiente, bem como a efetiva implantação dos planos e programas de controle ambiental citados.

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 27/05/2026 às 10:59
[XqoWzMgRwwkZyTwZ71R7iwiSZebAfqjHQnFAV89n1eMcxITfjqpf8bj7mGYWCOkW]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 27/05/2026 às 11:48
[pNAoA90oxx3CFq8nySMHFoOo5Uv15KxFUJLXQ2USFFxkDF4qdKl60KLY2gFB1WSg]

Emitido eletronicamente em 27/05/2026 11:49 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.29049-9/2026.0EE1.4584.288C]

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

DESCRIÇÃO	PRAZO / PERIODICIDADE	SITUAÇÃO
C1. Apresentar Registro de Extração, Registro de Licenciamento ou Portaria de Lavra, expedidos pela ANM	30 dias (26/06/2026)	Não Atendida
C2. Apresentar PRAD (PRAD: Elaborar e submeter à aprovação da SEMAR o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), conforme exigido pela Portaria DNPM nº 155/2016 e pela Resolução CONAMA nº 001/1986. O PRAD deve contemplar: cronograma de recuperação da ADA, técnicas de revegetação com espécies nativas da Caatinga, metas de cobertura vegetal e monitoramento anual.)	60 dias (26/07/2026)	Não Atendida
C3. Apresentar informações / esclarecimentos sobre Apresentar documentação e registro fotográfico comprovando as seguintes ações dentro do empreendimento A) RESÍDUOS SÓLIDOS: Implantar sistema de coleta seletiva com recipientes identificados (orgânico, reciclável, rejeito) na área de operação. Estabelecer procedimento formal de destinação, com comprovante de entrega ao sistema de coleta pública municipal. B) CONTENÇÃO DE COMBUSTÍVEL: Construir ou adquirir bacia de contenção impermeável (kit de contenção) para o armazenamento de combustível e óleos, conforme NBR 17.505. A capacidade da bacia deve ser igual a 110% do volume do maior recipiente armazenado. C) SINALIZAÇÃO: Instalar placas sinalizadoras de identificação da atividade de mineração e de segurança (proibição de acesso de pessoas não autorizadas, riscos de acidente, obrigatoriedade de EPI) conforme exigido pelo RDA e pela NR-22 (Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração).	30 dias (26/06/2026)	Não Atendida

OBSERVAÇÕES

Nada consta.

Teresina (PI), 27/05/2026

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 27/05/2026 às 10:59
[XqoWzMgRwwkZyTwZ71R7iwiSZebAfqjHQnFAV89n1eMcxITfjqpf8bj7mGYWCOkW]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 27/05/2026 às 11:48
[pNAoA90oxx3CFq8nySMHFoOo5Uv15KxFUJLXQ2USFFxkDF4qdKl60KLY2gFB1WSg]

Emitido eletronicamente em 27/05/2026 11:49 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.29049-9/2026.0EE1.4584.288C]

(assinado eletronicamente)
FELIPE GOMES DA SILVA
DIRETOR
AUDITOR FISCAL AMBIENTAL
Diretoria de Licenciamento Ambiental

(assinado eletronicamente)
VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO
SUPERINTENDENTE DE MEIO AMBIENTE
Superintendência de Meio Ambiente

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 27/05/2026 às 10:59
[XqoWzMgRwwkZyTwZ71R7iwiSZebAfqjHQnFAV89n1eMcxITfjqpf8bj7mGYWCOkW]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 27/05/2026 às 11:48
[pNAoA90oxx3CFq8nySMHFoOo5Uv15KxFUJLXQ2USFFxkDF4qdKl60KLY2gFB1WSg]

Emitido eletronicamente em 27/05/2026 11:49 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.29049-9/2026.0EE1.4584.288C]